

Uma Reestruturação Ecológica: A Ecologia Política de André Gorz

Augusto Maganha Barbosa

Paulo Sérgio Fracalanza

2018

Resumo

Este artigo tem como objetivo a apresentação dos argumentos de André Gorz sobre a necessidade de uma mudança radical na forma de organização da sociedade, resultado da atual¹ crise do capitalismo. Esta crise se consolidou no enfraquecimento de três pilares da Economia Política: o valor, o trabalho e o capital, demonstrando que a atual forma de organização da sociedade não é capaz de proporcionar nem um aumento considerável de liberdades substantivas, nem um incremento material para a maioria dos trabalhadores, mesmo que a informatização e a robotização proporcionem os meios para isso. Gorz acredita que a solução para esta conjuntura está na Ecologia Política, e, portanto, em uma reestruturação ecológica que preze tanto pela redução do tempo de trabalho, quanto pela mudança na relação dos indivíduos com o meio em que estão.

Palavras-chave: Ecologia Política. André Gorz. Redução do Tempo de Trabalho.

¹ Termo emprestado do texto "A saída do capitalismo já começou", publicado por Gorz em 2008 e presente em Gorz (2010). Mesmo passados 10 anos de sua publicação, o conceito de crise utilizado pelo autor ainda é atual, conforme será discutido ao longo do artigo.

Introdução

*Aunque no podemos adivinar el tiempo que será,
Sí, que tenemos al menos el derecho de imaginar el que queremos que sea.*

Eduardo Galeano - El derecho al delírio

O futuro é aquilo que está por vir, é como o mundo estará passado algum tempo. Julga-se conhecer o passado, vive-se o presente, mas para o futuro só há previsões. Como forma de tornar estas previsões mais precisas, se utiliza de tudo que for considerado pertinente: a história, os deuses, os números, as opiniões de especialistas, um espírito animal, dentre tantas outras coisas que se possa imaginar. Dentro desta lógica, os analistas econômicos, por exemplo, preveem o preço das ações na próxima semana, a taxa de juros no próximo mês e até o crescimento econômico no próximo ano.

Keynes, por exemplo, em 1930, discutiu as possibilidades que o mundo teria dali a cem anos (KEYNES, 1930). Partindo de uma taxa histórica média de crescimento econômico da Inglaterra, o autor chegou à conclusão de que o padrão de vida nos países desenvolvidos seria entre quatro e oito vezes maior que o da época, extinguindo o “problema econômico”, ou seja, que seria possível satisfazer as necessidades materiais absolutas dos indivíduos. Além disso, o trabalho se tornaria menos necessário para proporcionar a satisfação destas necessidades, e, desta forma, a jornada semanal de trabalho poderia ser reduzida a 15 ou 20 horas, tornando possível, pela primeira vez na história, que as pessoas pudessem viver empregando seu tempo no lazer e nas “artes da vida”, poupando-as do “sacrifício” do trabalho. A redução do tempo de trabalho, contudo, estaria condicionada ao aprendizado pela humanidade do emprego de seu tempo com questões não materiais, de modo a “ocupar o lazer que a ciência e o juro composto lhe terão conquistado, para viver bem, sábia e agradavelmente” (KEYNES, 1930, p. 156), de forma que o amor ao dinheiro como uma posse passaria a ser considerado como uma morbidade, algo semicriminoso ou semipatológico (KEYNES, 1930, p. 157).

Em relação ao artigo de Keynes, pode-se dizer que apenas a primeira das possibilidades (sobre o produto per capita ser, por volta de 2030, entre quatro e oito vezes maior que em 1930) se tornou realidade. A segunda (sobre a redução do tempo de trabalho), entretanto, parece estar em um horizonte um pouco mais distante que os doze anos faltantes para o centenário do artigo, como descrito por Skidelsky e Skidelsky (2017). E, embora ainda não se possa afirmar que Keynes acertou ou errou em sua previsão, há uma data, 2030, em que essa discussão certamente será possível.

O autor inglês, entretanto, não foi o único a fazer previsões de um futuro distante. Marx, por exemplo, discorreu sobre sentido da história, em que o desenvolvimento capitalista levaria a uma formação da consciência dos proletários “no” trabalho sobre sua condição de explorados e, como consequência, haveria a tomada dos meios de produção e a liberação “do” trabalho como forma de se realizar “atividades superiores”. (GORZ, 2003)

Marx, no entanto, deixou em aberto quando o sentido da história levaria a humanidade a um modo de produção superior². Não há, portanto, como afirmar que há um erro ou um acerto em sua previsão. Todavia, isso não torna o pensamento de Marx inquestionável. André Gorz, ao discorrer sobre a crise atual do capitalismo, destaca justamente que a utopia de Marx não é possível de se realizar nos termos propostos pelo autor alemão. A criação de consciência sobre a condição de explorado do trabalhador, bem como a crítica do capitalismo não seriam possíveis de se adquirir “no” trabalho. Haveria, portanto, a necessidade de uma liberação “do” trabalho, como forma de tornar possível a realização de atividades autônomas e a percepção da necessidade de liberação “no” trabalho. (GORZ, 2003)

Este artigo apresenta o ponto de vista de André Gorz a partir de quatro de seus livros: *Adeus ao Proletariado*, *Metamorfoses do Trabalho*, *O Imaterial* e *Ecológica*, discutindo a atual crise do capitalismo. Esta, por sua vez, possui tanto uma dimensão macroeconômica, quanto uma dimensão microeconômica, que foca especialmente na dimensão de consumidores que os indivíduos possuem. Ambas são o assunto da primeira seção. A segunda, em complemento à primeira, discute a outra dimensão dos indivíduos enquanto parte do capitalismo: a dimensão deles como trabalhadores. Nesta seção é que se percebe o afastamento de Gorz em relação à Marx e seu pensamento de “Sentido da História”. Há uma inversão no sentido das “liberações” presentes nas conclusões dos autores: para Gorz, a liberação primeira deve ser “do” trabalho, invertendo-se a ordem com a liberação “no” trabalho, que seria a primeira em Marx. Mesmo que o objetivo de liberação “do” e “no” trabalho seja comum entre os autores, a ordem de acontecimento delas implica em caminhos diferentes para se chegar no objetivo final. Sobre o caminho proposto por Gorz, trata-se de uma reestruturação ecológica com redução do tempo de trabalho, que é o tema da terceira seção.

1 A atual crise do capitalismo

*Hay quienes creen que el destino descansa en las rodillas de los dioses,
pero la verdad es que trabaja, como un desafío candente,
sobre las conciencias de los hombres.*

Eduardo Galeano - Las venas abiertas de América Latina

André Gorz, em artigo póstumo publicado em 2008 - *A saída do capitalismo já começou*, presente em Gorz (2010), discute a urgência de se repensar a relação da sociedade com o trabalho e com o meio ambiente, em um momento em que, para ele, havia uma crise do capitalismo que proporcionava saídas tanto progressistas, quanto conservadoras. Ao desenvolver a informática e novas técnicas de

² Vale destacar, porém, que isso não prejudica as conclusões de Marx, nem seria possível se esperar alguma data da “Revolução” em seus escritos.

produção, o capitalismo minou tanto sua base de poder, quanto sua capacidade de reprodução, atingindo seus limites internos e externos, sobrevivendo por meio de subterfúgios na crise de suas categorias fundamentais: o trabalho, o valor e o capital (GORZ, 2010, p. 21-22). Esta seção procura expor os argumentos de Gorz sobre esta atual crise e o papel do trabalho imaterial em sua constituição, com posterior análise de seus efeitos, tanto do ponto de vista macroeconômico, quanto do ponto de vista das empresas.

1.1 O Imaterial e a crise do capitalismo

A atual forma do capitalismo, intensificada pela informática, é a forma de uma economia do conhecimento. Neste tipo de economia, o tempo de trabalho teve seu papel reduzido como unidade de medida na formação de valor, sendo parcialmente substituído pela capacidade de produção e apropriação de conhecimentos, processo consolidado pela capacidade de execução de monopólios sobre os conhecimentos criados. O trabalho, embora indispensável à produção, tornou-se subalterno à atividade científica em geral. (GORZ, 2005, p. 16)

Um primeiro ponto que merece destaque neste novo tipo de economia é que o conhecimento, em si, não se constitui enquanto mercadoria (GORZ, 2005, p. 31). Entretanto, com a permissão de formação de monopólios sobre o conhecimento, este passa a ser considerado escasso, e, portanto, com valor incomparável, conseqüentemente possibilitando que se aufera lucros sobre ele. Um segundo ponto é que todo conhecimento passível de ser formalizado pode ser abstraído de seu conteúdo material e humano, multiplicando-se, praticamente sem custos, sob a forma de um *software* e utilizado ilimitadamente em computadores (GORZ, 2005, p. 10). Ao se juntar estes dois pontos, percebe-se o potencial de uma economia do conhecimento. Entretanto, este potencial é limitado justamente pela criação artificial de escassez de conhecimentos proporcionada pela criação de monopólios sobre o que é desenvolvido:

Prefere-se a criação artificial de escassez à criação da maior satisfação geral possível. A primeira permite o melhor aproveitamento do capital. A criação de valor e a criação de riqueza se afastam uma da outra de modo cada vez mais visível, sem que com isso sejam solucionados os problemas fundamentais de um capitalismo que aproveita cada vez menos trabalho, distribui cada vez menos moedas, com um excedente de capital sobre uma ausência de demanda solvente e subtrai às bases de uma sociedade, cujos custos de estruturação e reprodução ele procura economizar mediante a privatização dos serviços públicos, do ensino, da saúde e da previdência social. (GORZ, 2005, p. 10)

A criação de um direito e exclusividade sobre um conhecimento, que de acordo com Gorz, melhor aproveita o capital, estimula as empresas a criarem novos conteúdos imateriais aproveitáveis

na produção (desde que, claro, sejam monopolizáveis). Desta forma, cabe uma análise de como os conhecimentos são produzidos. Estes não são, como as mercadorias em geral, feitos através de trabalhos repetitivos, manuais, com rotinas definidas. A criação e o desempenho dos funcionários, mesmo com metas bem definidas, depende muito mais da motivação e das condições de trabalho do que do tempo, sendo o conteúdo da criação incerto. As capacidades esperadas dos funcionários também são diferentes, sendo preponderantes o julgamento, senso estético, nível de formação e informação, aprender e adaptar-se a situações imprevistas, dentre outras (GORZ, 2005, p. 29). O tempo, desta forma, perde um pouco de sua importância como criação de valor³. (GORZ, 2005, p. 18)

A informática e a robotização, embora tenham reduzido substancialmente a quantidade de trabalho necessário para a produção, não representaram uma redução dos preços de mercado na mesma proporção. Isso porque, devido à intensa produção de conteúdos imateriais sobre as mercadorias, subtraiu-se as leis de mercado daquilo que é produzido, devido a uma produção de conteúdos “únicos” em cada mercadoria, sendo difícil sua substituição, e, portanto, concorrência. (GORZ, 2010, p. 21). Como o objetivo do capital é varlorizar-se, percebe-se que o que mantém a taxa de lucro das grandes empresas neste novo modo de produzir é a produção imaterial. Dito isso, conclui-se uma posição subalterna do trabalho material em relação ao trabalho imaterial neste novo ambiente (GORZ, 2005, p. 18).

Desta forma, percebe-se os motivos de Gorz para dizer que o capitalismo das últimas décadas sobrevive por meio de subterfúgios na crise de suas categorias fundamentais: o trabalho, o valor e o capital. (GORZ, 2010, p. 21-22). A criação de valor, nesta concepção, se dá mais por conhecimentos cristalizados que por trabalho cristalizado. O capital imaterial, em si, é uma categoria que não poderia ser apropriada como capital. Só o é por meio do subterfúgio de criação de monopólio sobre ele. O trabalho material, por fim, continua como fundamental para a criação de valor, mas subalterno ao trabalho imaterial (GORZ, 2005, p. 29). Entendida a formação da crise atual do capitalismo, vale a pena analisá-la tanto por meio do ponto de vista macroeconômico, quanto do ponto de vista das empresas.

1.2 O ponto de vista macroeconômico e a “necessidade” de acumulação

A informática e a robotização proporcionaram o aumento da produção de mercadorias enquanto reduziram a necessidade de trabalho para a produção, tornando-o uma “espécie em vias de extinção” (GORZ, 2010). Há um processo vigente, portanto, de violenta mudança na composição orgânica do capital e aumento da extração de mais-valia. O conhecimento da ocorrência deste processo

³ Neste ponto, cabe lembrar que o ponto principal é a criação de um monopólio sobre um conhecimento. Aquele que o fizer primeiro, terá uma vantagem competitiva no mercado. O tempo, desta forma, ainda é importante para a conformação do monopólio, mas a criação do valor, em si, perde parte de sua ligação com o tempo empregado na produção do conhecimento.

não é nova, já está em Marx (2011, pp. 856 - 857), entretanto, em alguns períodos do desenvolvimento capitalista, o aumento da extração de mais-valia, em função da mudança da composição orgânica do capital, implicou em uma ampliação da produção global, gerando um ciclo virtuoso na produção de mercadorias e geração de bons empregos. Isto, porém, deixou de ser a regra nas últimas décadas, resultado da violenta expansão da esfera financeira do capitalismo global, que segundo Gorz, “não para de refinar essa arte de fazer dinheiro apenas comprando e vendendo diversas outras formas de dinheiro” (GORZ, 2010, p. 18). As grandes empresas, desta forma, possuem uma boa parte de seu capital no mercado financeiro, ou seja, algo meramente fictício, um direito sobre a riqueza futura, uma esperança de rendimento. A economia real se converteu em “um apêndice das bolhas especulativas mantidas pela indústria financeira”, de modo que está totalmente subordinada ao mercado financeiro (GORZ, 2010, p. 19).

Estas bolhas, por fim, algum dia estouram e a especulação, a falta de transparência e a falta (ou excesso) de controle sobre a indústria financeira são eleitos como os culpados pela pane na reprodução do capital fictício. Para Gorz, entretanto, estes fatores não são o motivo principal desta pane, mas sim a incapacidade do capitalismo em se reproduzir em uma base fictícia cada vez mais precária (GORZ, 2010, p. 24). Percebe-se, assim, que o padrão atual de desenvolvimento capitalista não é sustentável. Além disso, há uma impossibilidade de se voltar ao padrão de acumulação anterior, sendo, portanto, necessárias novas formas de organização tanto do trabalho, quanto da criação de valor.

Por isso, o pensamento de Gorz torna-se distinto, uma vez que não pretende superar esta crise com o fortalecimento das bases fictícias da reprodução do capital, nem mesmo “dar um fôlego” ao lado real da economia criando empregos que mal (ou nem) criam valores de uso⁴. É fato que a sociedade, atualmente, já é capaz de produzir tudo aquilo que necessita para (emprestando o termo de Keynes) viver “sábria e agradavelmente”. Se isso puder ser feito com menos trabalho, especialmente se for um trabalho não enriquecedor ao ser humano, que assim seja feito. A solução estaria em uma mudança radical, uma “reestruturação ecológica”, de modo que se possa romper com a lógica econômica de acumulação e crescimento que levou a Terra a seus limites ecológicos, ao mesmo tempo em que se reduz o tempo de trabalho, redistribuindo os empregos, “banalizando-se a técnica” e estimulando-se as atividades autônomas, aquelas que possuem um fim em si mesmas, sem a expectativa de alguma valorização ou lucro. Esta reestruturação e suas implicações serão vistas na terceira seção do artigo.

1.3 O ponto de vista microeconômico e a “necessidade” de novos consumidores

A informática e a robotização tiveram como objetivo, em um primeiro momento, a redução dos custos de produção. Em um ambiente razoavelmente concorrencial, a forma encontrada para esta

⁴ Isto será melhor discutido quando se adentrar na discussão presente em “A metamorfose do trabalho”.

redução dos custos não resultar em uma redução dos preços foi a “subtração” das leis de mercado nas mercadorias, isto é, “conferir às mercadorias *qualidades incomparáveis*, graças às quais elas parecem não ter equivalentes, conseqüentemente deixando de parecer simples mercadorias” (GORZ, 2010, p. 21). Desta forma, o preço das mercadorias passou a depender mais de suas qualidades imateriais, que de seu valor de uso, tornando as empresas detentoras de um certo monopólio, e, portanto, assegurando um benefício pela exclusividade de sua mercadoria. As inovações de produtos, portanto, não costumam criar novos valores, sendo somente a expressão do benefício auferido pela escassez artificial de uma mercadoria produzida por somente uma empresa. (GORZ, 2010, p. 28-29)

Como a busca pelo aumento da renda é o objetivo das empresas, tal meta só pode se efetivar caso haja uma busca incessante por inovações e pelo lançamento de novos produtos, seja através de um novo design, campanhas de marketing, ou pela personalização das mercadorias (GORZ, 2010, p. 28). Isto, como consequência, produz a aceleração da obsolescência dos antigos produtos, além de um maior desperdício. Todavia, isso não é um problema para as empresas, afinal o capital imaterial é utilizado para uma constante criação de novos desejos, uma vez que além de conferir valores simbólicos, sociais e eróticos às mercadorias, também difundem uma “cultura do consumo que enfatiza a individualização, a singularização, a rivalidade, a inveja” (GORZ, 2010, p. 22). Dito de outra forma, o capital imaterial funciona para produzir imagens de outros estilos de vida, de modo a produzir consumidores que “não necessitam daquilo que desejam, e não desejam aquilo de que necessitam.” (GORZ, 2005, p. 48)

O consumidor é, assim, concebido como o contrário de cidadão, é o “antídoto da expressão coletiva de necessidades coletivas, contrário ao desejo de mudança social, à preocupação com o bem comum”(GORZ, 2005, p. 49). A publicidade, desta forma, assume uma função não só econômica, mas também política, apelando não ao desejo comum da sociedade, mas sim ao desejo de cada um na esfera privada. (GORZ, 2005, p. 49)

Desta forma, neste sistema, tudo se opõe à autonomia dos indivíduos e à sua capacidade de pensar em conjunto seus objetivos e em suas necessidades comuns. Portanto, não há um mecanismo que possibilite os indivíduos se organizarem para aperfeiçoar o modo de eliminar desperdícios, economizar recursos e elaborar conjuntamente, como produtores e consumidores, uma norma comum do que é suficiente - isso que Jacques Delors chamava de uma “abundância frugal”. (GORZ, 2010, p.22)

Para além da contribuição de Gorz na formação de um “consumidor”, vale a pena, também, apontar o tipo de “trabalhador” produzido pelo capitalismo, o que será fundamental tanto no entendimento de sua crítica à sociedade, quanto em sua argumentação da necessidade de redução do tempo de trabalho. O trabalhador, bem como a crítica de Gorz sobre o sentido da história, será o principal objeto da próxima seção.

2 A outra dimensão do indivíduo: o trabalhador

*En el mundo del revés, la libertad oprime.
La libertad del dinero exige trabajadores presos,
presos de la cárcel del miedo, que es la más cárcel de todas las cárceles. [...]
El miedo al desempleo que sirve a los empleadores
para reducir sus costos de mano de obra y multiplicar la productividad,
eso hoy por hoy es la fuente de angustia más universal de todas las angustias.*

Eduardo Galeano - Desechables

A existência da maioria dos indivíduos, no capitalismo, está ligada às suas duas esferas no mercado: a de consumidor, que permite que adquiram aquilo de que necessitam; e a de trabalhador, que os permite obter os meios de pagamento necessários para a realização do consumo. Enquanto os capitalistas podem se dar ao luxo de recusar a segunda destas esferas, a maior parte da população, por não ter como realizar uma autoprodução e por ter se afastado da detenção dos meios de produção, necessita vender sua força de trabalho. Assim, a garantia de sua esfera de consumidor só se dá através da produção de valores, que são vendidos no mercado, permitindo um consumo, em geral, de um valor menor do que aquele produzido no trabalho.

Esta é uma forma histórica de organização da sociedade. Se continuará assim para todo o sempre, ou se será superada, é uma questão a se fazer. Além disso, cabe se indagar como esta superação pode, ou deve, ser feita: o destino estará descansando nos joelhos dos deuses ou estará trabalhando ativamente na consciência dos homens? Há um sentido da história que será seguido porque a sociedade caminha em destino à Razão ou há que se trabalhar ativamente para que se mude a organização da sociedade para algum dos vários rumos possíveis? O trabalhador, enquanto classe, é o futuro, ou este se dará justamente por uma não-classe, aquela dos que são desprovidos de tudo? Estas questões tentarão ser respondidas nas próximas subseções.

2.1 A crítica à Marx e a inversão nas conclusões

Na interpretação de Gorz, Marx acreditava que o “Espírito” do proletariado levaria o mundo ao “sentido da história”⁵, ou seja, que “o pleno desenvolvimento das capacidades individuais viria a par com o pleno desenvolvimento das forças produtivas e conduziria inevitavelmente a uma revolução” (GORZ,

⁵ “Reconhece-se aí a matriz da dialética marxista. Da dialética hegeliana, Marx conserva o essencial, a saber: a ideia de um sentido da História independente da consciência que dele tem os indivíduos e que se realiza, tenham eles ou não tal consciência, através de suas atividades. Mas esse sentido, em lugar de “andar sobre a cabeça” como em Hegel, andará, em Marx, sobre os pés do proletariado: o Trabalho do Espírito elevando o mundo à consciência de si até a unificação final não era mais que o delírio idealista de um teólogo partidário do racionalismo. Não é o Espírito que trabalha, mas os trabalhadores.” (GORZ, 1982, p. 29)

2003, p. 96). Portanto, haveria em primeiro plano uma liberação “no” trabalho, para posteriormente haver uma liberação “do” trabalho.

A partir do desenvolvimento do modo de produção e da força produtiva, os trabalhadores, totalmente excluídos da autoatividade, estariam em condições de impor sua autoatividade plena, ou seja, a apropriação da totalidade das forças produtivas e o desenvolvimento de suas capacidades (MARX, 2007, p. 73). Desta forma os trabalhadores deveriam:

Apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência. [...] A apropriação dessas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. (MARX, 2007, p. 73)

Esta apropriação seria, ainda, condicionada pelo modo de sua realização. Ela deveria ser de uma união que, devido ao próprio caráter do proletariado, só poderia ser universal, ou seja, por meio de uma revolução. Esta deveria derrubar o poder do modo de produção e da estrutura social, deveria ser, portanto, uma revolução que despojasse o proletário de tudo o que ainda restasse de sua posição social anterior. (MARX, 2007, pp. 73 - 74)

Finalmente:

Somente nessa fase a autoatividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais e à perda de todo seu caráter natural; e, assim, a transformação do trabalho em autoatividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio anterior em intercâmbio entre os indivíduos como tais. (MARX, 2007, pp. 73 - 74)

Percebe-se, assim, que esta revolução se daria em dois momentos. No primeiro, os trabalhadores, plenamente desenvolvidos no interior de suas ocupações, se apossariam daquilo que produzem. No segundo, haveria uma revolução reflexiva, no sentido de que haveria um pleno desenvolvimento dos indivíduos e a liberdade “tomaria a si mesma como fim”, florescendo as individualidades naquilo que Marx chama de “atividades superiores”, realizáveis no tempo disponível. (GORZ, 2003, p. 96)

A partir desta interpretação, o mundo estaria sendo levado, conscientemente ou não, ao sentido da história pelas atividades dos trabalhadores, independentemente de quem sejam e como atuam. Mas quem é este trabalhador, o agente do sentido da história?

Gorz argumenta que este trabalhador é resultado do sucesso do capital em reduzir o poder do proletariado sobre a produção, consequência da expansão gigantesca do potencial de produção e da destruição da autonomia operária em função de uma disciplina quase militar e de uma maquinaria cada vez mais complexa, que passou a exigir cada vez menos capacidades da maioria dos trabalhadores para

a realização das tarefas da produção (GORZ, 1982, p. 40). Além disso, Gorz argumenta que quanto mais o trabalho é coercitivo, seja por sua intensidade, ou por sua duração, menos o trabalhador é capaz de conceber sua vida como um fim em si mesma e mais ele é levado à mercadejá-la. (GORZ, 2003, p. 117)

Mais que isso, nesta economia do imaterial, os saberes e o conhecimento passam a ter papel central na geração de valor, e toda a vida do trabalhador parece voltada à sua função enquanto “capital humano”. As atividades fora do trabalho, muitas vezes, estão voltadas à própria qualificação dos indivíduos enquanto profissional. Mesmo o tempo de lazer pode ser apropriado, num momento de valorização dos saberes adquiridos em atividades “vivas”.

Além deste processo, os trabalhadores, muitas vezes, se encaram não mais como trabalhadores, mas sim como capitalistas. A rede de incentivos criada pelas grandes empresas, melhor discutida em Dardot e Laval (2017), altera a lógica tradicional de uma luta de classes entre os detentores e os não detentores dos meios de produção. Há, por exemplo, o pagamento de uma parte do salário por meio de ações, ou por meio de participações no lucro, ou até por meio de contratos de produtividade ou metas. Desta forma, os trabalhadores (neste caso, aqueles que possuem bons trabalhos⁶) recebem conforme maior seja a exploração de seu trabalho, alinhando-se aos objetivos dos detentores do capital.

Não é, portanto, este o proletário ideal que levaria sua realização pessoal enquanto uma realização de classe rumo à Razão. Sua potência enquanto indivíduo foi rebaixada e não se pode esperar que é no trabalho que haverá o desenvolvimento das capacidades que levariam à liberdade para a realização das atividades superiores. Consequentemente:

Se o pleno desenvolvimento das forças produtivas permite ultrapassar a racionalidade econômica (e sua crise) e desenvolver, graças à liberação do tempo, as individualidades, não será porque tal é o sentido da História, mas porque teremos feito a história de tal maneira que esse sentido pode lhe ser próprio. (GORZ, 2003, p. 99)

2.2 A busca pela liberação “do” trabalho

A partir da argumentação de Marx sobre o espírito do proletariado, Gorz sustenta que só é possível que os trabalhadores descubram os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem mais inteiramente preenchidas e suas mentalidades completamente ocupadas com o trabalho. Há a necessidade que se amplie o tempo livre para a realização de atividades não econômicas ou quantificáveis, de modo que outras esferas da vida sejam desenvolvidas e se possa questionar a falta de liberdade “no” trabalho (GORZ, 2003, p. 117).

Entretanto, somente a necessidade de tempo para se realizar as atividades autônomas não é suficiente para se exigir uma redução do tempo de trabalho. Em um mundo de baixa produtividade,

⁶ Aquilo que Gorz considera “bons trabalhos” será discutido nas próximas páginas.

o trabalho é fundamental para gerar a riqueza necessária para a reprodução da vida. Este, contudo, não é o caso. O modo de produção capitalista, com a informática e a robotização, de acordo com Gorz, atingiu limites internos e externos de acumulação. A produção não se configura mais como um problema. O problema, neste caso, é vender esta produção a consumidores capazes de pagá-la. Produzir exige cada vez menos trabalho e, portanto, distribui-se cada vez menos meios de pagamento, uma vez que o emprego não é distribuído com uma redução da jornada de trabalho, é, ao contrário, somente reduzido no setor produtivo (GORZ, 2010, p. 91).

Há, desta forma, uma cisão cada vez maior entre pessoas com bons empregos, aqueles que pagam uma boa remuneração, possuem sindicalização, uma certa autonomia nas tarefas, uma rede de recursos humanos nas empresas, etc.; contra aqueles que vivem em uma situação de trabalho intermitente, precarizado ou mesmo de desemprego involuntário. E embora haja um aumento no desemprego no setor produtivo, isto não gerou um colapso social nos países desenvolvidos. A principal razão é que há, sim, uma geração de empregos nestas sociedades pós-industriais, mas estes são quase que fundamentalmente a partir do lazer de pessoas bem empregadas no setor produtivo (GORZ, 2003, p.218). Estes empregos formam uma nova classe “quase servil” de ajudantes, assistentes, vigilantes, dentre outros, que tem como objetivo reduzir o tempo de “não trabalho remunerado” gasto com trabalhos domésticos ou sociais daqueles que possuem uma posição confortável na sociedade.

Percebe-se, assim, que estes novos empregos pouco agregam à geração de valores de uso⁷, mesmo que gerem algum acréscimo no PIB⁸. Esta nova classe servil, por ter como fonte geradora de sua existência a redução do trabalho doméstico de algumas pessoas, claro, só pode ter uma remuneração menor que a dos “bons” empregos.

Neste cenário, torna-se difícil esperar um crescimento substancial da produção de riquezas, isto é, com a geração de empregos que possam produzir novos valores de uso. Além disso, a expansão desenfreada da produção possui consequências ecológicas devastadoras. Assumindo-se limites ecológicos no planeta, a opção pelo crescimento econômico talvez não seja a mais viável para se proporcionar uma boa vida para a maior parte da população.

Assumindo limites ecológicos para a produção e aliando isto à crítica ao capitalismo e o reconhecimento de sua crise atual⁹, Gorz sustenta a necessidade de uma mudança radical na forma de organização do trabalho e da sociedade. Desta forma, pretende-se reduzir a massa de trabalho, redistribuindo os “bons” empregos, de modo que esta redução se dê, principalmente, na redução dos empregos da classe quase servil descrita anteriormente e que pouco gera novos valores de uso. Isto

⁷ Por exemplo, pode-se pagar para alguém fazer um sanduíche, mas, de qualquer forma, a pessoa que pagou o teria feito se utilizasse seu tempo nesta atividade. O valor de uso da produção do sanduíche seria criado de qualquer forma.

⁸ O trabalho de alguém em uma lanchonete agrega centavos ao PIB, enquanto que este mesmo trabalho, se feito em casa, nada acrescenta ao PIB, mesmo produzindo um valor de uso equivalente.

⁹ Caso se assumisse a ecologia como ponto de partida, poderia-se chegar a um ecofascismo, um comunitarismo naturalista ou qualquer outra coisa que não a Ecologia Política (GORZ, 2010, p. 10)

poderia implicar em um decréscimo da produção em termos do PIB, mas sem gerar uma redução da riqueza gerada pela sociedade. Claro, esta mudança não seria automática, seria necessário que se banalizasse a técnica, de modo que mais pessoas estivessem preparadas para assumir estes bons postos de trabalho. Além disso, a redução do tempo de trabalho não poderia significar uma mera transferência de tempo para o descanso ou do emprego do novo tempo livre como uma “valorização de um capital humano”. Por isso, faz-se necessário o estímulo à outras formas de socialização, de vivência e de atividades autônomas, proporcionando que o tempo livre seja empregado em prol de um mundo “vivido” (GORZ, 2010, p. 29). Um melhor detalhamento desta necessidade e as formas de se alcançá-la estarão na próxima seção do artigo.

3 A Reestruturação Ecológica

*Aunque no podemos adivinar el tiempo que será,
Sí que tenemos al menos el derecho de imaginar el que queremos que sea.
Las Naciones Unidas han proclamado extensas listas de derechos humanos,
Pero la inmensa mayoría de la humanidad no tiene más que el derecho de ver, oír y callar.
¿Qué tal si empezamos a ejercer el jamás proclamado derecho de soñar?*

Eduardo Galeano - El derecho al delirio

Na atual forma de organização do capitalismo, a liberação do trabalho na produção de bens tende a desencadear não a redução da massa de trabalho global, mas sim uma realocação do tempo para a mercantilização de atividades que antes seriam realizadas sem a necessidade de passarem pelos mecanismos de mercado. Nesta situação, estes novos valores de troca assumem a forma de mercadoria, e quem as compra necessita dispendir um adicional de trabalho que antes não era dispendido com tal atividade.

Entretanto, caso houvesse um maior tempo livre para todos, este valor de uso poderia ter sido criado pela própria pessoa que o compra, sem a necessidade de se trabalhar mais e, portanto, realizar atividades heterônomas, aquelas não desejáveis, para satisfazer os desejos do consumo. Além disso, cabe lembrar que a remuneração dos trabalhadores por estes trabalhos quase servis é, em geral, menor do que a de quem compra as mercadorias produzidas por eles. Percebe-se, assim, uma tendência ampliação da desigualdade de renda: enquanto há uma tendência pelo aumento dos postos quase servis, há a informatização de postos de trabalho no setor produtor de bens.

As possibilidades de mudança na forma de organização da sociedade são várias: pode-se manter a jornada de trabalho como a atual, estimulando-se ainda mais a produção de bens, porém não é possível saber se seria possível estimular a criação de tantos desejos por novos bens, nem de absorvê-los em nosso consumo, nem se a Terra seria capaz de suportar a pressão de fornecer

recursos para aumentar ainda mais a produção de mercadorias. Pode-se, também, ignorar a necessidade de uma reestruturação na forma de produzir. Para isso, seria necessário estimular os programas de renda mínima (uma vez que a evolução da técnica libera cada vez mais trabalho no setor produtivo e há um limite para a absorção do trabalho excedente). Este parece um caminho possível, mas ao admiti-lo, dissociaria-se o direito à renda do direito ao trabalho, relegando uma certa posição de um “fracasso permanente” àqueles que não conseguissem emprego (que, conforme já dito, é uma “espécie em extinção”), aprofundando a estratificação em classes, marginalizando ao extremo a classe mais desfavorecida (GORZ, 2003, p. 205).

Há, porém, como se redistribuir o trabalho, especialmente aqueles no setor produtivo (e que não serão extintos numa reestruturação da sociedade). Essa redistribuição, por conta da melhora da técnica, só seria possível de ser feita reduzindo-se o tempo de trabalho dos indivíduos e banalizando a técnica de produção, possibilitando que mais pessoas estejam capacitadas para os “bons” empregos. Esta opção, ao ser aliada também com um programa de renda mínima¹⁰, ao invés de dissociar o direito ao trabalho do direito à renda, dissociaria o trabalho da criação de valor, ou seja, em um mundo em que trabalho não falta, dissociaria-se apenas o trabalho para a criação de mercadorias. O trabalho como criação de valores de uso seria uma decisão individual. Além disso, esta opção pode respeitar os limites ecológicos do planeta e proporcionar o aumento de atividades autônomas e de um mundo vivido caso seja feita em conjunto com outras políticas públicas. Esta seção discorre sobre os argumentos em favor desta última opção de reestruturação da sociedade, a reestruturação ecológica proposta por André Gorz.

3.1 O decrescimento produtivo

Em uma primeira vista, a ideia de decrescimento pode parecer algo surreal, distante de qualquer possibilidade. Todavia, o conceito realmente não pretende se encaixar na atual forma que a sociedade se organiza. A simples redução da produção pode sim ser algo não desejado se tudo o mais continua constante. Há que se analisar, porém, o conceito à luz de uma mudança radical na sociedade, com uma completa reestruturação do modo de produzir e pensar. O decrescimento não necessariamente exige a redução na produção de valores de uso. Supõe uma mudança na forma de se organizar a produção e a sociedade, de modo a evitar desperdícios, produzir de uma forma melhor, com mercadorias mais duradouras e conseqüentemente menos trabalho.

A chave fundamental para se entender o decrescimento produtivo está na análise daquilo que é considerado como crescimento e produção. O PIB não considera a produção de “riquezas”,

¹⁰ A proposta de renda mínima, neste caso, seria como uma forma de viabilizar uma transição entre nossa sociedade atual e aquilo que Gorz imagina. Haveria o incremento da renda mínima enquanto se reduziria o tempo de trabalho, como forma de compensar uma potencial perda de produção ocasionada pela redução do tempo de trabalho, especialmente nos setores em que os acréscimos de produtividade são mais difíceis.

exceto as que tenham forma de mercadoria (GORZ, 2010, p. 105). Além disso, considera-se como enriquecimento nacional a produção de embalagens que irão para o lixo, papéis que serão queimados, eletrodomésticos que pouco duram, próteses para doentes e mutilados pelo trabalho, medicamentos, etc. Por exemplo, caso haja uma melhora substancial no sistema de saúde e na qualidade de vida, menos pessoas ficarão doentes, e, portanto, menos medicamentos serão necessários, menos serviços médicos serão requeridos, menos próteses, etc. Isso implica em uma redução da produção, mas não necessariamente implicaria em uma redução do bem-estar da sociedade, nem mesmo em uma redução dos valores de uso. Da mesma forma, se o sistema de transporte público fosse melhorado nas grandes cidades e o transporte privado se tornasse menos necessário, as pessoas poderiam, inclusive, se locomover de maneira mais rápida. O bem-estar poderia, inclusive, aumentar, mas as produções de carros, motos, reparos e combustíveis seriam menores. Portanto, qual seria o problema do decrescimento nestes casos? Se for possível que menos pessoas fiquem doentes (mesmo que isso implique uma redução na produção de medicamentos e cuidados médicos), que assim seja. Se for possível que a maioria das pessoas se locomova de forma mais rápida e com menor gasto de energia, que assim seja também. Da mesma forma, se for possível comprar mercadorias que fiquem obsoletas em maior tempo, não haverá uma perda, mas sim um ganho. (GORZ, 2010, p. 80)

Com este decrescimento produtivo seria possível trabalhar menos, consumir menos e ter menos necessidades de mercadorias. Porém, como torná-lo realidade? Evidentemente, não com o livre mercado e a espera de que os produtores tomem as decisões necessárias para que se reduza o “desperdício lucrativo” deles. Entretanto, a ação que pode engendrar uma redução do desperdício não necessita ser coercitiva. Há a possibilidade de redução dos impostos sobre os produtos mais duradouros, a indicação de vida útil e consumo de energia dos aparelhos, manuais de instrução que ensinem os reparos simples e recorrentes dos produtos, etc. (GORZ, 2010, p. 63)

Para além disso, existem as melhorias que os governos podem fazer, por exemplo, nos sistemas de saúde, transporte e de produção de energia, de modo a reduzir o impacto ambiental e as perdas ocasionadas pela ineficiência que a alocação privada pode provocar. (GORZ, 2010, p.635)

Além disso, é possível que se estimule a ampliação de espaços de vivência comunitária, que gerariam uma menor massa de trabalho, como lavanderias coletivas, locais para reparações, uma cozinha comunitária no caso dos prédios, etc. (GORZ, 2010, p. 63)

Cabe destacar, porém, que talvez a principal ação que algum governo pode tomar é a mudança na regulação do trabalho. Trabalhar menos, com maior estímulo às atividades autônomas, pode implicar em uma maior vontade de se evitar desperdícios, bem como pode implicar em uma melhoria qualidade de vida das pessoas. Este ponto, porém, será melhor descrito na próxima seção.

3.2 A redução do tempo de trabalho heterônomo

O nome desta subseção está um pouco diferente daquilo que vem sendo destacado ao longo do artigo. A pura e simples redução do tempo de trabalho não é exclusividade da Ecologia Política¹¹. A redução do trabalho como um todo depende de cada um, em sua individualidade, e, portanto, de seus gostos, desejos, prazeres, etc. Quase sempre será possível realizar atividades autônomas, como dar assistência aos idosos e às crianças, cozinhar, limpar, ou até mesmo produzir algo ligado ao lazer ou a projetos pessoais e/ou sociais. O que se pleiteia, a partir de Gorz, é a redução do trabalho heterônomo. Os indivíduos podem continuar desejando o tanto de trabalho que quiserem (e uma vastidão de trabalhos continuará existindo), mas que não isso não seja coercitivo e sob a forma de “trabalho-emprego”, ou “trabalho-mercadoria”, pois haverá a liberação de tempo necessária para que os indivíduos pleiteiem a realização de suas atividades autônomas já descritas. (GORZ, 2010, p. 95)

A redução do tempo de trabalho pode assumir diversas formas e pode ser alcançada por meio de diversas políticas. Ela pode tanto reduzir, quanto aprofundar as desigualdades; tanto aumentar a insegurança, quanto introduzir a segurança; ser um fator de inclusão ou exclusão social. (GORZ, 2003, p. 185)

Um projeto de grande redução do tempo de trabalho ao longo dos anos implicaria na necessidade de uma igualmente grande programação para as mudanças que viriam. Sendo assim, datas-alvo com a proporção a ser reduzida são fundamentais, porque dão previsibilidade às empresas do que está para acontecer e porque suscita debates sobre as necessidades coletivas para os próximos anos em termos da qualificação de mais pessoas para assumirem postos de trabalho em que os ganhos de produtividade são menores. Há, portanto, uma necessidade de “banalização da técnica”, tornando possível que mais pessoas estejam aptas para os diferentes postos de trabalho qualificado.

Em complemento a isso:

A redução *generalizada* da duração do trabalho, por seus dois objetivos inseparáveis, corresponde a uma escolha de sociedade: a) que todos trabalhem cada vez menos para que todos possam trabalhar e desenvolver fora de seu trabalho as potencialidades pessoais que não conseguem nele desenvolver; b) que uma proporção muito maior da população possa aceder a tarefas profissionais qualificadas, complexas, criativas, responsáveis, que permitam evoluir e renovar-se continuamente. É nessas últimas atividades, com efeito, que os ganhos de produtividade são mais lentos. É, por conseguinte, nessas atividades, qualificadas que a redução da duração do trabalho deve criar mais empregos, permitindo ao mesmo tempo democratizar as competências que as corporações elitistas dominam

¹¹ Dardot e Laval (2017) e Skidelsky e Skidelsky (2017) defendem uma redução do trabalho em seus textos, o que não os coloca dentro da Ecologia Política. Além disso, ambos os textos não discutem os caminhos a serem tomados para se atingir um mundo com menos trabalho.

entre si. (GORZ, 2003, p. 187)

Outro ponto fundamental na consideração de uma redução no tempo de trabalho é em relação à autonomia do trabalhador neste processo. Será possível a escolha de quando e quanto se irá trabalhar ou a redução será somente uma redução da jornada semanal de trabalho? Há uma diferença entre trabalhar 35, 30 ou 25 horas por semana ou 1400, 1200 ou 1000 horas por ano. Na primeira forma seria estimulado um aumento do lazer passivo e das atividades domésticas. Na segunda, permite-se a realização de mais trabalho durante as semanas, tendo como contrapartida maiores períodos de folga - dias, semanas, meses. Isto estimularia, provavelmente, a realização de atividades autônomas e a realização de projetos pessoais. André Gorz, como era de se esperar, é a favor da segunda forma. (GORZ, 2003, p. 189-194)

Vale ressaltar, também, que a redução do tempo de trabalho pode vir sem uma redução dos rendimentos reais dos trabalhadores. Segundo o autor francês, é possível que a redução possa ser feita de modo a se encontrar junto ao ritmo “normal” de incorporação de produtividade. (GORZ, 2003, p. 196)

Por fim, a garantia que o direito à renda continuará vinculado ao direito ao trabalho¹². Isto é fundamental para se entender a posição de André Gorz em relação aos programas de renda mínima. Nestes, há uma tendência a considerar o desemprego involuntário como algo normal e aceitável, excluindo-se o “direito ao emprego”. Vale lembrar que, para além de uma remuneração digna pela jornada, o trabalho é um dos grandes espaços de socialização na vida. Ao reconhecer que ele não é mais um direito, exclui-se uma grande parte da sociedade de um espaço de vivência, indo contra uma ideia mais acolhedora ou de inclusão na sociedade. A renda mínima, para André Gorz, não deve ser encarada como algo permanente para a solução do problema do desemprego, pois aprofunda ainda mais uma cisão entre aqueles “bem sucedidos”, detentores de trabalho; e aqueles que “fracassaram”, não possuem trabalho e sobrevivem com uma renda mínima; deve, sim, ser considerada como um programa de transição entre uma sociedade de grande desemprego, como a atual, para uma de tempo de trabalho reduzido e direito efetivo de emprego para a maior parte da população (GORZ, 2003, p. 199-210).

Estes, portanto, foram os pontos principais considerados por Gorz com relação ao decréscimo produtivo e na redução do tempo de trabalho. A aplicação de seus conceitos depende, fundamentalmente, da política. Portanto, não podem, nem devem, ser aplicados por uma imposição, mas sim através do debate, da democracia e do respeito, fundamentais na busca da autonomia de cada um.

¹² É importante considerar que a garantia de um emprego de remuneração justa não é uma exclusividade da Ecologia Política ou daqueles teóricos ligados à Marx. É, também, considerado como fundamental, por exemplo, para Amartya Sen (SEN, 2010, p. 19).

4 Considerações finais: a atualidade do pensamento de Gorz

De nuestros miedos nacen nuestros corajes

Y en nuestras dudas viven nuestras certezas.

Los sueños anuncian otra realidad posible y los delirios otra razón.

En los extravíos nos esperan hallazgos,

Porque es preciso perderse para volver a encontrarse.

Eduardo Galeano - De nuestros medos

Embora os últimos textos de André Gorz utilizados por este artigo tenham sido elaborados em 2007 e publicados postumamente em 2008, seu pensamento permanece atual e alinhado com as demandas cruciais nos campos da ecologia e do emprego. A título de exemplo, o último relatório publicado pelo PNUD (2018) pontua que “o mundo precisa romper com as abordagens costumeiras e adotar padrões de produção e consumo sustentáveis” (PNUD, 2018, p. 13), descrevendo as perdas potenciais ao desenvolvimento humano devidas à degradação ambiental, principalmente com relação à redução da disponibilidade de água potável e de alimentos, frisando que o atual forma de produção mundial não é sustentável. Na questão do emprego, Frey e Osborne (2013) examinaram a sensibilidade de 702 profissões à informatização, e a correlação destas ocupações com os salários e o nível de educação. A conclusão do estudo foi que cerca de 47% dos empregos nos Estados Unidos estão ameaçados de serem informatizados nas próximas duas décadas. Isso porque os últimos saltos tecnológicos permitiram que a informatização não só realizasse tarefas meramente repetitivas, como também entrasse em atividades que necessitassem reconhecimento de padrões, e, mesmo nas tarefas repetitivas, passaram a ter maior sensibilidade e destreza, ocupando novos campos. Os empregos com menor tendência a serem computadorizados são justamente aqueles com maior qualificação requerida, que em geral também são os de maiores salários. (FREY; OSBORNE, 2013)

A leitura dos textos de Gorz, além de ir de encontro com as constatações atuais do futuro do emprego e da ecologia, permite tanto a compreensão das várias faces da atual crise do capitalismo, quanto a percepção da necessidade de uma mudança na atual forma de organizar a sociedade. A Reestruturação Ecológica, proposta de Gorz para sair deste entrave, parte de uma mudança radical nas organizações do trabalho e da produção, de forma a proporcionar uma redução da dependência dos indivíduos em relação ao trabalho enquanto meio de satisfazer suas necessidades materiais. Isso, no entanto, não representaria o fim do trabalho ou uma negação do trabalho como instrumento fundamental de socialização. O trabalho, enquanto fonte de realização e socialização, continuaria existindo. Esta reestruturação, no entanto, resultaria na redução da necessidade de mercantilização do trabalho, algo que Eduardo Galeano, em seus poemas, descreveria como “*Nadie vivirá para trabajar, pero todos trabajaremos para vivir.*” (GALEANO, 1998)

Além disso, Gorz percebe e incorpora um imperativo ecológico em sua proposta de reestruturação, pois descreve que essa mudança passaria pelo fim de uma cultura do desperdício, sendo desejável um decréscimo produtivo neste sentido. As reorganizações do trabalho e da produção, desta forma, estariam vinculadas ao respeito à natureza, sendo possível conciliar a reorganização da sociedade com o imperativo ecológico, escapando tanto da lógica produtivista que rege a sociedade, quanto da quase inação dos governos com relação à questão ambiental.

O capitalismo atual, na análise de Gorz, sobrevive em subterfúgios de três pilares da Economia Política: o valor, o trabalho e o capital. A não resolução das questões que envolvem estes três pontos tende a agravar a crise que os permeia. A solução disso estaria na Ecologia Política, que depende de uma decisão política para se tornar realidade. Enquanto solução política, neste momento, a Reestruturação Ecológica descrita neste texto parece uma alternativa distante. Entretanto, o agravamento das questões ecológica e do trabalho pode fazer com que ela se torne uma possibilidade real para a resolução destes problemas. Gorz, diferentemente de Marx e Keynes, não fez uma previsão sobre o que aconteceria no futuro da sociedade. Entretanto, assim como os outros dois, forneceu uma extensa base para se pensar o futuro a partir das contradições do presente. Cabe, assim, discutir sua abordagem e suas proposições, com a finalidade de compreender melhor a conjuntura atual, e, assim, realizar proposições acertadas sobre as necessidades da sociedade.

Referências

- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1 ed., 2017.
- FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation? *Oxford Martin*, v. 114, 01 2013.
- GALEANO, E. *Patatas arriba. La escuela del mundo al revés*. Madrid: Siglo XXI, 1998.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-universitaria, 1 ed., 1982.
- GORZ, A. *Metamorfoses Do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 1 ed., 2003.
- GORZ, A. *O Imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GORZ, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 1 ed., 2010.
- KEYNES, J. M. *Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*. In: SZMRECSANYI, T. (Ed.). *John Maynard Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1930. p. 150–159.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PNUD. *Human Development Indices and Indicators*. New York: United Nations Development Programme, 2018.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia de Bolso, 1 ed., São Paulo, 2010.

SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. *Quanto é suficiente?* Civilização Brasileira, 1 ed., Rio de Janeiro, 2017.